

Raízes

v.37, n.1, jan-jun/2017

TECENDO CAMINHOS, OCUPAÇÕES E PERCEPÇÕES – A DIVERSIDADE DAS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES RURAIS TEMPORÁRIOS DO NORTE DE MINAS GERAIS

Lívia Tavares Mendes Froes

RESUMO

Este texto aborda a mobilidade a partir das perspectivas de trabalhadores rurais temporários de Rio Pardo de Minas, norte do estado de Minas Gerais. Baseada em pesquisa desenvolvida juntamente com esses trabalhadores, a análise apresentada considera a diversidade de experiências tendo em vista as distintas faixas etárias, estado civil, modos de assalariamento, destinação do rendimento obtido, e os modos de percepção e de sentimento quanto ao período em que os trabalhadores estão distantes das famílias. A prática do deslocamento é compreendida não somente enquanto um meio para assalariamento, mas enquanto experiência que possui um valor em si, constituinte de aprendizados e habilidades valorizadas positivamente nas redes de relações que estabelecem.

Palavras-chaves: Trabalhadores rurais, Mobilidade, Trabalho Temporário

WEAVING PATHS, OCCUPATIONS AND PERCEPTIONS - TEMPORARY RURAL NORTHERN MINAS GERAES STATE WORKERS'S DIVERSITY OF EXPERIENCES

ABSTRACT

This text addresses mobility from the perspectives of temporary rural workers in Rio Pardo de Minas, northern Minas Gerais. Based on research developed with these workers, the analysis presented considers the diversity of experiences taking into account variables as the different age groups, marital status, wage types, income allocation, and modes of perception and feeling of the time they spend away from their families. The practice of displacement is understood not only as a means of wage employment, but as an experience that has value in itself and as a constituent of positively valued learning and skills in the networks of relations that they establish.

Keywords: Rural Workers, Mobility, Temporary Work.

INTRODUÇÃO

A organização da vida familiar e comunitária, em diversas localidades rurais do país, é orientada por partidas e chegadas de seus membros. Em Água Boa II, comunidade rural localizada no norte do estado de Minas Gerais, pertencente ao município de Rio Pardo de Minas¹, o cotidiano das pessoas é permeado por redes de relações que compõem um universo local que está interconectado a referências distintas e que ultrapassa os limites geográficos da comunidade. A inserção em determinados vínculos de trabalho assalariado temporário, que impõem o distanciamento prolongado em municípios distantes na maioria dos casos estudados, pauta-se por obrigações e responsabilidades estabelecidas pelas relações locais, principalmente as de parentesco e as de conjugalidade.

Por ser uma prática que não é exclusiva desse grupo de trabalhadores, o distanciamento prolongado e a subsequente compreensão da mobilidade espacial da população do campo tem direcionado o interesse de pesquisadores brasileiros há décadas (Durham, 1984; Martins, 1985, 1988; Amaral, 1988; Garcia, 1990; Ribeiro e Galizoni, 1996; Silva, 1999; Felix, 2008; Woortman, 2009; Guedes, 2013). Os argumentos produzidos a respeito do que se convencionou denominar migração interna, sazonal ou definitiva, correntes migratórias, fluxos migratórios, mobilidade, deslocamentos espaciais, e assim por diante, variam consideravelmente; do mesmo modo, essas denominações correspondem a abordagens teóricas que fundamentam a compreensão da diversidade de contextos sociais, culturais, políticos, históricos e econômicos. Perante a diversidade de perspectivas analíticas e critérios que orientam tais pesquisadores, identifiquei o reconhecimento geral de que a mobilidade espacial é uma prática recorrente da população do campo no Brasil.

Baseada em pesquisa realizada junto a trabalhadores rurais residentes em Água Boa II e na sede do município de Rio Pardo de Minas², abordo, neste texto, a mobilidade a partir das perspectivas dos trabalhadores³.

Para tanto, alguns questionamentos orientaram esta análise: Quem vai? Para onde? Como? Em que ciclo de vida (solteiro, casado, pai de família recém constituída, pai de família já formada) tende a se deslocar? Como isso interfere na alocação do rendimento obtido no assalariamento temporário? Como se estabelecem alternativas de vinculação ao assalariamento? O que sentem esses trabalhadores? Deste modo, almejo evidenciar as singularidades e multidimensionalidades de uma prática tão repetidamente tratada na literatura especializada.

A análise ora apresentada apoia-se em etnografia e entrevistas gravadas nos anos de 2010 e 2011, na comunidade rural Água Boa II, no município de Rio Pardo de Minas e também na cidade de São Sebastião do Paraíso (região Sul de Minas).

Parte considerável do trabalho empírico foi concentrada em Água Boa II. Entretanto, o primeiro contato com esse grupo de pessoas ocorreu numa fazenda de café, em São Sebastião do Paraíso, entre os dias 21 a 25 de julho de 2010. Fui alojada por duas famílias que haviam migrado juntas (maridos, esposas e filhos) para a colheita. Ambas compartilhavam uma casa alugada numa das fazendas durante aquela safra.

1 Segundo dados do IBGE, a população estimada em 2017 no município de Rio Pardo de Minas é de 30.878 habitantes. Água Boa II localiza-se a 18 km da sede e possui aproximadamente 110 famílias residentes.

2 Ainda que residentes na sede do município todos os trabalhadores entrevistados para a pesquisa tinham como origem a zona rural.

3 Este texto é uma versão do 2º capítulo de minha dissertação de mestrado, defendida em 2012, no PPGA/UFF. O objetivo principal da pesquisa foi compreender a gestão da vida familiar, com foco na perspectiva feminina, diante dos constantes distanciamentos da população masculina (Froes, 2012).

Posteriormente, em fevereiro de 2011, dirigi-me ao município de Rio Pardo Minas e à comunidade de Água Boa II. A estada durou onze dias. No mês de junho do mesmo ano, retornei à localidade e lá permaneci por aproximadamente 30 dias. Em todas as ocasiões, fui apoiada e hospedada pelas mesmas famílias que inicialmente me acolheram durante a permanência na fazenda de café. No total, foram realizadas 40 entrevistas. Desse número, 16 eram homens na faixa etária dos 23 aos 77 anos⁴.

O contato estabelecido com algumas pessoas desses grupos familiares perdurou no tempo. Conversamos via telefone, ou por mensagens de e-mail e redes sociais da internet. Em maio de 2016, revisitei a localidade por uma semana⁵. Privilegiei, na ocasião, a observação direta e o registro de conversas informais em minhas anotações de campo. Dessa forma, foram agregadas, aos dados elaborados a partir da pesquisa realizada no mestrado, atualizações referentes ao cotidiano das interações locais.

1. PASSAGENS E “PARAGENS” – CONSTITUINDO CAMINHOS E OCUPAÇÕES

De forma geral, em vários argumentos e estudos, a prática da mobilidade espacial da população rural de determinadas regiões do país é justificada enquanto reflexo da junção de fatores externos e climáticos dificultadores da produção agrícola familiar.

No norte e nordeste de Minas Gerais, por exemplo, a chegada das plantações de eucalipto nas décadas de 1960 e 1970 por meio de incentivos fiscais de “programas de desenvolvimento” implantados pelo estado, provocou, sem dúvidas, inúmeras alterações nas vidas das pessoas da região⁶.

Se, historicamente, os períodos de seca já afetavam as populações residentes dessas mesorregiões, dificultando o plantio, a implantação das monoculturas de eucalipto e a devastação da mata nativa agravaram ainda mais esse quadro.

Em Água Boa II, a produção de artigos alimentícios é voltada principalmente para o consumo interno, cuja viabilidade está condicionada às condições do terreno e de cada família (fertilidade do solo, umidade, disponibilidade de mão-de-obra familiar). No geral, os produtos locais comercializados na feira semanal da cidade são oriundos do trabalho feminino: hortaliças, biscoitos caseiros, polpas de fruta, óleo de pequi (produção sazonal), artesanato de vasilhas de barro e chapéus de palha. Usualmente, o provimento das famílias envolve a articulação entre a agricultura para autoconsumo, a venda de produtos locais e o assalariamento masculino distanciado. Ainda que algumas atividades gerem renda a partir da venda dos produtos citados, elas são incapazes de sustentar todas as necessidades materiais valorizadas na comunidade.

Importante mencionar que as áreas de terra, não só de Água Boa II mas de outras localidades da região, foram progressivamente comprimidas (devido ao avanço da monocultura de eucalipto), ocasionando a diminuição do plantio e da sucessão por herança. Alia-se a esse fato a ausência de empregos, ou seja, não há absorção de mão-de-obra disponível, por vezes de baixa escolaridade e qualificação. São elementos que, em conjunto, podem ser considerados influenciadores da busca por assalariamento fora do local de origem.

4 Informações mais detalhadas a respeito das condições de pesquisa podem ser consultadas em Froes (2012), precisamente no capítulo I.

5 O retorno à Água Boa II visava acompanhar a rotina de mulheres casada e com filhos, estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo no âmbito de minha pesquisa de doutorado, em andamento, intitulada *Percursos Femininos: A experiência de mulheres na Licenciatura em Educação do Campo na UFMG*.

6 Estudos realizados em outras localidades rurais de Rio Pardo de Minas, como o de Brito (2006) e Correia (2005), analisaram as consequências da implantação dessas políticas para a população rural local.

É crucial considerar a conjugação desses elementos enquanto propulsores da inserção ao assalariamento temporário desses trabalhadores. Entretanto, considero igualmente relevante compreender como as pessoas viabilizam a própria existência diante de tantos constrangimentos e perversidades.

No caso estudado, atrelada à mobilidade espacial percorrida pelos interlocutores de pesquisa, está a mobilidade ocupacional, bastante presente nos relatos compartilhados. Passagens e paragens nas funções de cortador de cana (em fazendas do interior de São Paulo e Mato Grosso), ajudante de pedreiro (no próprio município ou fora dele), “mexendo com barzinho” ou “montando barraca no carnaval”, na lavoura em propriedade de particulares em Rio Pardo de Minas e entorno, como assalariado em firmas de eucalipto (no e fora do município) ou no trabalho sazonal na colheita do café em fazendas de monocultura no sul de Minas Gerais, compuseram o conjunto de experiências de um mesmo trabalhador.

Apesar da diversidade de vínculos de trabalho temporário e respectivos destinos mencionados durante as conversas, dois se repetiam e se destacavam como possibilidade de assalariamento: a colheita do café em fazendas da região sul de Minas Gerais e o trabalho em empresas de eucalipto, em diversos municípios do estado.

Nos últimos vinte e sete anos, segundo relatos de moradores, a estreia dos jovens “fora” (isto é, fora do município) ocorre pela experiência nos cafezais do sul de Minas. Muitos se vinculam à empreitada ao completarem 16 anos, idade permitida legalmente para a contratação na colheita nos cafeeiros. “Sair pra firma” só é possível quando completados os 18 anos. Ambas as situações ocorrem no estado de Minas Gerais⁷.

Se, conforme apontado por Ribeiro e Galizoni (1996), há certa correspondência entre os locais de origem e os de destino, é possível afirmar que as pessoas de Rio Pardo de Minas e Água Boa II se especializaram nos dois tipos de vinculação assalariada citados anteriormente.

Apesar de se situar em região próxima ao Vale do Jequitinhonha, local de origem de inúmeros cortadores de cana-de-açúcar nas usinas do interior de São Paulo⁸, a maioria dos trabalhadores de Água Boa II e alguns de Rio Pardo consideraram a atuação nesse setor muito pesada e perigosa, sendo consideravelmente evitada.

Além disso, a rejeição ao corte de cana ou a declarada preferência pelos trabalhos temporários nos cafeeiros e nas firmas de eucalipto relaciona-se também ao acúmulo de conhecimento coletivo a respeito destas atividades. Mesmo para o rapaz estreante na saída, o desconhecido é imaginado mediante compartilhamento de experiências anteriores dos familiares, amigos e vizinhos, ou via encarregado do recrutamento, posição ocupada por um vizinho ou até mesmo parente.

Segundo destacaram Ribeiro e Galizoni (1996, p.74), em diversos municípios, a migração temporária varia de destinos a ponto de poder ser instituída por microrregião, por córrego, por comunidade (ou bairro rural) e às vezes, como já citado, mesmo por famílias e amizades próximas⁹.

Deste modo, é significativo que a “turma”¹⁰ de trabalhadores da fazenda de café no sul de Minas, em julho de 2010, fosse composta majoritariamente por vários moradores de uma

7 Os termos locais usualmente empregados para qualificar genericamente a mobilidade foram: “sair pra fora”, “sair pro mundo”, ou simplesmente “sair”. Neste texto, os termos pertencentes ao universo semântico do universo social pesquisado serão destacados por aspas simples, para as citações diretas de trechos de entrevistas e conversas informais serão empregadas aspas duplas.

8 Situação bem demonstrada por Amaral (1988).

9 Circunstância também mencionada nos estudos de Galizoni (2007) e Woortman (2009).

10 Nomeação dada ao agrupamento de trabalhadores rurais de determinada fazenda ou plantação de monocultura, agregados para determinada mesma tarefa.

mesma família (modalidade extensa) ou localidade. Registrei membros de três gerações diferentes – avô, filho, filha e netos – prestando serviços na mesma fazenda. A “turma” era também constituída de vizinhos e afins, tanto de Água Boa II quanto da cidade de Rio Pardo de Minas.

Foi comum, portanto, ouvir depoimentos como: (a) “Saiu eu mais pai”; (b) “Fui com meu irmão mais velho”; (c) “Minha irmã se mudou para Triângulo e fui morar uns tempos com ela. Lá consegui trabalho com soja”; (d) “Meu irmão estava trabalhando numa fazenda, ligou e falou: Ó, tá precisando de um!”.

A respeito desse tipo de rede extensiva, alicerçada pelas relações familiares e também vicinais, e que extrapola os limites geográficos e administrativos da localidade, vale mencionar as contribuições de Comerford (2003). Baseado em pesquisa junto a famílias na zona da mata mineira, o autor comenta que, diante de uma valorização retórica e prática da “união” da família, sendo essa “união” constituída em torno de sua associação a uma localidade, ela também pode ser afirmada em torno da manutenção dos laços, apesar da dispersão. Essa dispersão implica também possibilidades, oportunidades e perspectivas práticas e retóricas inexistentes caso os parentes não estivessem, em alguma medida, espalhados.

Há, portanto, diversas formas estabelecidas de movimentação e circulação (efetuadas a curto ou longo prazo) de famílias entre localidades e municípios da zona da mata de Minas Gerais e cidades e bairros fora da região (Comerford, 2003, p. 42). Fluxo e movimento, de acordo com o autor, não faltam à sociedade por ele pesquisada, mesmo que a antiguidade de certas famílias e a associação bem marcada entre elas e os lugares certifiquem que também não faltam práticas de fixação e localização. Comerford (2003, p.43) destaca a importância da percepção do fluxo “para fora” e eventualmente de volta “para dentro” das localidades. Estes fluxos são acompanhados com cuidado e interesse, de maneira que deslocar-se “para fora” não pressupõe a saída imediata do campo de observação/informação/julgamento do círculo social ao qual pertence a família. Deste modo, as pessoas sabem para onde foram os seus parentes e os parentes dos outros, o que fizeram e deixaram de fazer, avaliam seus sucessos, fracassos, dramas, retornos (Comerford, 2003, p.44).

Em Água Boa II, durante o mês de junho de 2011, comentários a respeito da rotina no sul de Minas, os preços do saco de café, as condições climáticas, o volume de grãos nos cafeeiros, o estado emocional dos entes queridos, o comportamento e índole deles, inclusive o horário e a dedicação direcionados à colheita, eram observações frequentes na pauta usual de conversas entre os comunitários. Da mesma forma, os trabalhadores em condição distanciada buscam atualização constante a respeito da integridade física e emocional de filhos, esposas, namoradas, pais, demais parentes e vizinhos.

Nos últimos anos, algumas facilidades de comunicação vêm possibilitando a atualização mais constante de notícias entre aqueles que partiram e aqueles que ficaram. Se antes era necessária a ida à sede do município a fim de aguardar a ligação em telefone público ou particular de algum bar, o acesso ao telefone celular e tarifas de chamadas acessíveis às suas condições financeiras possibilitaram aos trabalhadores uma comunicação mais frequente e prolongada – isto é, quando há sinal disponível nas fazendas. Nesses casos, é possível conversar tranquilamente e por um tempo considerável, sem se preocupar em perder a conexão.

Dessa forma, a distância não se configura, na maioria dos casos, como fator impeditivo da inclusão das pessoas nas operações de “mapeamento” das relações de parentesco, conforme definiu Comerford (2003).

O abandono de família pelo companheiro, apontado em outras localidades rurais marcadas pelos deslocamentos temporários e intermitentes dos maridos (Maia, 2004; Silva e Menezes, 2010), situação vulgarmente rotulada por meio da expressão “viúvas de marido vivo”, não

foi registrada em Água Boa II. Não significa, entretanto, a inexistência de conflitos e depreciações, por parte das companheiras, dessa condição de constante aproximação e distanciamento¹¹.

Os efeitos emocionais e físicos (referentes à rotina da gestão do cotidiano familiar) do distanciamento, tanto por quem o efetua, o homem, como por quem é afetada, a família que fica, são diferencialmente sentidos conforme o tipo de vinculação. A variação desses efeitos é mais bem entendida quando se apreende, conforme será apresentado a seguir, as condições particulares dos assalariamentos temporários.

2. MODOS DE IR, FICAR E VOLTAR: O “SUL DE MINAS” E AS FIRMAS DE EUCALIPTO

Se a inserção nas fazendas de café e em empresas de eucalipto foi repetidamente citada, os modos de assalariamento e os períodos de distanciamento ocorrem sob formas e condições específicas. A estada nas fazendas de café corresponde ao período da colheita, aproximadamente de três a quatro meses. Ocorre, na maioria das vezes, entre maio e agosto, podendo se estender ou se encurtar de acordo com a condição dos cafeeiros e da função a ser executada. O primeiro fator talvez seja o que mais diretamente influencie no tempo de permanência na fazenda e, conseqüentemente, no ganho resultante. Tal fato decorre da produção bianual dos cafeeiros, ou seja, espera-se, no período de um ano, a colheita de volume significativo de grãos. Já no ano seguinte, a produção sofrerá diminuição, e assim sucessivamente.

Importante mencionar também que a condição dos cafeeiros, além de afetar o período de estada na fazenda, pode interferir na decisão da viagem, ou seja, a partir dessas informações os trabalhadores podem avaliar se o deslocamento irá, ou não, “compensar”.

Em relação ao processo produtivo da monocultura, os trabalhadores podem atuar em atividades diversas. Para citar algumas: desbrota, adubação, colheita, arruação e varreção¹².

Um diferencial relevante da vinculação à colheita do café é a possibilidade do deslocamento das esposas para as fazendas, também para assalariamento na colheita ou na atribuição de cozinheira da “turma”. Em alguns casos pontuais, desloca-se temporariamente toda a família nuclear. Conheci um trabalhador habituado a levar consigo a esposa e os três filhos (na época com 10, 12 e 13 anos). Ele parecia convicto a não abrir mão dessa prática. De acordo com o entrevistado, mesmo que essa iniciativa demandasse um esforço considerável, como negociar uma função para a companheira e ainda a transferência, temporária, de escola das crianças, ele declarou: “Não saio sozinho não!”.

É relevante comentar que o “Sul de Minas”, quando proferido pelos interlocutores em campo, não correspondia necessariamente a uma delimitação física precisa, aquela geograficamente delimitada pelo IBGE, mas a um território de trabalho. Na maioria das vezes, a exatidão da localização era oferecida a partir do nome das fazendas e das pessoas com as quais eram tecidos contatos. Assim, durante as entrevistas com algumas mulheres em Água Boa II, quando eu perguntava sobre a cidade a qual o marido havia se dirigido, algumas mulheres respondiam: “A cidade não sei, mas sei que é na Fazenda de João Carlos”, ou “Fazenda do Tião”¹³.

Do mesmo modo que o “Sul de Minas” não corresponde a uma delimitação física exata, o termo “firma” pode se referir a distintas reflorestadoras localizadas no estado de Minas Gerais. A

11 Tal questão foi aprofundada no 3º capítulo da dissertação que fundamenta este artigo (Froes, 2012).

12 O objetivo da arruação é facilitar a colheita; o da varreção é recolher os frutos caídos durante a “panha”.

13 De maneira semelhante, o “São Paulo” presente nas narrativas dos interlocutores sítiantes de Woortman (2009, p. 218), em Sergipe, não se configura como uma localização territorial precisa, mas se reporta a uma categoria classificatória oposta ao “Norte”.

definição precisa quanto a qual reflorestadora o trabalhador se empregava parecia pouco importar, pelo menos no decorrer das conversas e entrevistas que me eram concedidas, nas quais o objetivo era explicitar outras questões, como o tempo de permanência, os acordos trabalhistas etc.

Os deslocamentos para as “firmas”, naquele momento, ocorriam idealmente nas seguintes condições: a) se a empresa se localiza em município próximo, o retorno acontece de quinze em quinze dias ou até mesmo diariamente; b) caso ela esteja em distância maior, um ônibus é disponibilizado aproximadamente de 3 em 3 meses e em momentos específicos do ano: semana santa, a fogueira de São João (os ônibus chegavam próximos aos dias 20 e 21/06 e os trabalhadores poderiam permanecer quase 10 dias), 12 de outubro (feriado de Nossa Senhora Aparecida) e festas de fim de ano. Não foi relatado ônus para os empregados quando o transporte era realizado nesses momentos. Fora dos períodos mencionados, as despesas de transporte eram arcadas por eles. Na maior parte das vezes, o trabalho nas firmas de eucalipto era formalizado via carteira assinada ou contrato.

Vale registrar como esse regime de tempo de retorno à comunidade corresponde também a feriados e datas comemorativas do calendário católico. A fogueira de São João é um evento ordenador, dada sua relevância para os moradores de Água Boa II. Orienta não apenas o retorno prolongado daqueles contratados nas ‘firmas’, mas também pode regular adiamentos da ida para o sul de Minas por algumas semanas ou dias, lembrando que a colheita do café inicia-se geralmente em maio. Quando essa prorrogação não é possível, resta a lamentação de ambas as partes: dos que foram e dos que ficaram.

A alegria direciona-se, então, para a chegada dos rapazes solteiros e alguns homens casados distanciados devido ao assalariamento nas reflorestadoras localizadas longe do município. Para eles, o período de retorno é altamente festivo, devido não somente às comemorações juninas mas também aos reencontros com os amigos e às possíveis paqueras e namoros. Alguns rapazes solteiros chegam tão ávidos por viver intensamente os dias de descanso que as mães acabam por sentir um misto de alegria e preocupações. Uma “alegria aflita”, segundo definiu uma interlocutora em campo.

Em certa ocasião, ocorrida em anos anteriores e rememorada durante a entrevista, experiências impulsionadas pelo excesso de bebida desembocaram em um acidente de moto. Um dos rapazes solteiros realizava manobras arriscadas na estrada de terra e quebrou a perna, logo nos primeiros dias de visita. Em junho de 2011, presenciei os dias marcados por essa agitação, os sons ligados nas casas, em volume bastante alto, sinalizando essa presença relativamente excepcional, algo não presenciado no campo anterior, realizado em fevereiro do mesmo ano.

Assim, naquele momento observei que a maior parte dos assalariados nas firmas de eucalipto era composta de rapazes solteiros. À colheita do café vinculavam-se principalmente os homens casados e dedicados à agricultura na própria terra. Tal quadro parece ter mudado. Ao visitar a comunidade em 2016, fui comunicada do casamento dos rapazes que conheci solteiros. Tornaram-se pais, formando jovens núcleos familiares cuja faixa etária não ultrapassa os 30 anos, marcadamente fragmentados pelas idas e vindas do pai e/ou companheiro, vinculado na maior parte do ano às empresas de eucalipto.

Contudo, essa observação não intenciona congelar as possibilidades de assalariamento conforme o estado civil desses indivíduos. Não há uma regra definidora do intenso revezamento e complementação do serviço nos cafezais e nos eucaliptais. Enquanto alguns anunciaram a preferência por transitar entre as firmas e fazendas de café, outros davam preferência à colheita do café ou à contratação mais permanente ou prolongada nas reflorestas próximas ao local de moradia. A depender do modo como são construídas, as duas situações podem ser conjugadas com a lida no próprio roçado.

Além disso, em termos gerais, a intensidade de circulação pelas fazendas de café e as “firmas” pode ser influenciada pelo cargo alcançado nas últimas. Usualmente as funções em escritório, oficina e condução de tratores e caminhões oferecem melhores salários. A potencial oportunidade de conseguir esses cargos torna-se situação geradora de expectativa e perspectiva de estabilidade expressadas pelos trabalhadores em algumas conversas, devido à remuneração permanente no tempo por determinada firma empregadora. Os serviços de limpa, a derrubada da madeira e a queima do carvão são consideradas mais exaustivas e de pior remuneração. Foi recorrente ouvir, daqueles ocupados nessas tarefas, que a permanência na ocupação correspondia ao período suficiente para solicitação do seguro desemprego, recurso indicador da sobrecarga física e exaustão a qual são submetidos. Entre um período e outro de contratação, alguns descansavam aproveitando o intervalo. Dessa forma, sustentavam-se apenas com o pagamento do seguro, principalmente os jovens solteiros residentes nas casas dos pais. Essa alternativa de revezamento de vínculo descontínuo às “firmas”, entre um pedido de seguro desemprego e outro, foi frequentemente citada.

A inserção nas oficinas de empresas reflorestadoras, reconhecida pela alternativa de domínio de uma profissão ou pela obtenção, pelo próprio esforço, de categorização profissional como mecânico, era altamente valorizada. Em 2011, dois irmãos solteiros da minha principal interlocutora em Água Boa II residiam no município de Três Marias e conseguiram elevar seus cargos. Ao retornar à localidade, em 2016, fui informada pela mesma interlocutora que um irmão, já casado e ainda residindo naquela cidade, contratou à distância a construção de uma casa em lote comprado por ele. Deste modo, planejava retorno definitivo à comunidade. Apesar de não estar presente no acompanhamento da construção, ele contava com o apoio de parentes, irmãos e cunhados que monitoravam, acompanhavam e até trabalhavam na construção. Seu plano envolvia estabelecer, na localidade, uma oficina mecânica de carros e motos. Considerava-se, portanto, hábil para desenvolver uma atividade aprendida durante os anos nas “firmas”. Vê-se, nesse caso, a possibilidade da volta ao local de origem por meio de uma vinculação de trabalho distanciada. Não significa negar, entretanto, os sofrimentos decorrentes do afastamento contínuo, por anos, entre os entes familiares dessa parentela.

Ainda sobre as especificidades de organização do tempo instituídas pelo tipo de assalariamento, enquanto a saída para a safra do café pode corresponder ao período de entressafra daqueles que se dedicam às próprias lavouras, as saídas para as “firmas” de eucalipto são realizadas ao longo do ano, sem respeitar a dinâmica sazonal do trabalho no campo ou no lote. Sendo assim, no conjunto de trabalhadores regularmente vinculados às empresas distanciadas dos locais de origem, a dedicação à lavoura (para o consumo interno) pode ser gradualmente enfraquecida.

Além da consideração desses aspectos, situações ocorridas no local de origem podem orientar as decisões em torno de tais vinculações. Em alguns momentos específicos, tais como proximidade do parto da esposa, seu posterior resguardo, doenças graves ou falecimento de parentes, o deslocamento é evitado, adiado ou é providenciado o retorno imediato. Portanto, tais interrupções revelam que as saídas se coadunam com o exercício de papéis e posições na vida familiar, e as situações críticas desses ciclos.

Marcado por um evento traumático, um trabalhador rememorou a primeira experiência dele no “mundo”. Ao retornar a Rio Pardo, foi noticiado da morte do pai, assassinado tragicamente quinze dias antes. Não ter presenciado seu enterro o deixou fortemente abalado. Por ocupar a posição de irmão mais velho, foi responsabilizado por fazer companhia e prover o sustento da mãe. Segundo ele, como resultado desse evento passou cinco anos “tomando conta da casa” e “sem sair pro mundo pra trabalhar”.

Usualmente, as motivações declaradas para o assalariamento distanciado tocavam a “necessidade”, a “precisão”. Assim, ouvi repetidas vezes: “Eu vou por necessidade”, “Se eu pudesse não ia mais”, “A gente sai por falta de oportunidade”. Ao mesmo tempo, aqueles que enunciavam os deslocamentos enquanto resultado imediato da “necessidade” reconheciam também outros aspectos da vivência. Fui surpreendida pela forma ambígua com a qual alguns deles relataram a acentuação do desejo de “sair” quando as semanas precedentes à partida para as fazendas de café se aproximavam. Narravam, valorizando, seus momentos de diversão e de brincadeiras com os companheiros.

3. A NECESSIDADE – MOTIVAÇÕES MATERIAIS, SIGNIFICADOS SOCIAIS

A “necessidade” tão enunciada nas justificativas motivadoras para as saídas relaciona-se especialmente à aquisição de bens materiais. De forma geral, há a avaliação de que os empregos disponíveis no município não possibilitam a aquisição de produtos e bens de valor elevado, como moto, terreno, a construção ou reforma da casa, móveis e eletrodomésticos. Dessa forma, o assalariamento temporário na colheita do café ou durante uma temporada nas “firmas” pode possibilitar o acesso a um maior montante de recursos de uma única vez.

Uma análise mais detida sobre as formas de direcionar a renda obtida pode demonstrar como a justificativa da “necessidade”, enquanto alegação da inserção nesses vínculos de trabalho distanciados, envolve aspectos morais e sociais além das relações objetivas de utilidade estabelecidas pelos atores ao ato de consumir.

Em *Cultura e Razão Prática*, Sahlins (2003) já havia chamado atenção que, tanto para a sociedade burguesa como para a chamada primitiva, os aspectos materiais não são separados dos sociais de maneira satisfatória. Deste modo, por meio de uma profunda análise, ele pondera que há uma conformação a pressões materiais, mas essas ocorrem de acordo com um esquema simbólico definido e que nunca é o único possível.

No decorrer da pesquisa, fui percebendo as distintas formas de consumir entre os trabalhadores. Ora variavam, ora se assemelhavam conforme, por exemplo, o estado civil. De que forma gastavam, por exemplo, os solteiros e os casados?

Quando os casados comentavam o desejo em reformar a casa, mobiliar, comprar um terreno ou uma moto, a orientação da renda, mesmo temporária, articulava-se à constituição de um patrimônio voltado não somente para garantir o sustento e estabilizar a vida familiar, mas também como aquisição de bens que poderiam, futuramente, servir como moeda de troca em negociações de compra e venda.

Entre os mais jovens e solteiros, era comum ouvir dos meninos com idade a partir dos 13 anos dos seus planos de “sair” para comprar moto e roupas, dois bens fundamentais para a apresentação singularizada tanto no local de residência quanto em espaços sociais distanciados daqueles da família e vizinhança imediata. A conquista da autonomia foi explicitada em vários momentos durante as entrevistas, especialmente entre os rapazes solteiros. Alguns comentaram o desejo de comprar a casa própria e, assim, “não depender dos outros”.

A importância da conquista da autonomia nessa fase da vida biológica foi ressaltada por Neves (1999), em estudo sobre os significados atribuídos ao trabalho infantil na região canavieira do norte do estado do Rio de Janeiro (em Campos):

Na demarcação simbólica da passagem da infância à vida adulta e sua correspondente conquista de autonomia para deslocamento espacial, a bicicleta é, para os jovens trabalhadores entrevistados, um símbolo fundamental. Ela permi-

te o transporte para áreas distantes da casa, como o local de trabalho, e a participação na camaradagem com colegas. Por isso, trabalhar para conquistar o símbolo da autonomia frente aos pais passa a ter um peso fundamental (Neves, 1999, p. 82).

Considerando a temporalidade e o universo social referenciado para a análise deste texto, a moto, ao invés da bicicleta, configura-se representativa da conquista da autonomia ou do reconhecimento da condição de adulto responsável por si mesmo. Além de possibilitar a mobilidade nos limites da comunidade e fora dela, potencializa oportunidades de vinculação em empresas de eucalipto em Rio Pardo e arredores. Mesmo com as “firmas” oferecendo transporte para buscá-los, o local de embarque pode ocorrer em um ponto específico na estrada de terra que conecta as localidades do município, e para boa parte dos trabalhadores localiza-se distante do local de habitação.

Não só os rapazes e homens circulam em motocicletas. A maioria das mulheres abaixo da faixa dos 40 anos de idade, casadas e solteiras, sabem pilotar e constantemente se deslocam à sede do município para resolução de assuntos diversos. Alguns rapazes, inclusive, emprestam as motos às namoradas durante o período em que estão fora. No casamento, esse artigo é concebido como patrimônio da família e não de uso exclusivo do esposo. Nesse sentido, trata-se de um objeto emblemático e constituinte da formação dos meninos/rapazes em homens, futuros esposos e pais de família.

Num universo no qual a união conjugal é bastante valorizada e almejada pelas pessoas, a moto é um bem de relevante importância para a constituição autônoma da família e do exercício dos papéis correspondentes.

Ainda sobre as possibilidades de aplicação dos rendimentos gerados pelo assalariamento, registrei os planos de uma família em viajarem, exclusivamente com fins recreativos e religiosos, para Bom Jesus da Lapa. Localizada na região oeste do interior da Bahia, ela é famosa pela romaria ao santuário e às grutas. Dessa forma, deslocam-se realizando outro tipo de mobilidade, a viagem e o passeio.

4. FORMAS DE LIDAR, REFLETIR E TEMATIZAR O SOFRIMENTO VIVIDO

Além do tema das motivações propulsoras das saídas, outro tema bastante presente referiu-se aos relatos de dificuldades e sofrimento vividos no processo de distanciamento. Os assuntos mais recorrentes nas falas dos trabalhadores incluíam os pagamentos injustos, as condições precárias de moradia, as saudades do lar, a preocupação com os familiares distantes, o desejo de permanecer na região e não mais “sair pro mundo”.

Os efeitos da ausência paterna no processo de educação dos filhos foram penosamente reconhecidos pelos próprios pais. Um senhor compartilhou a forte saudade da filha caçula (na época com cinco anos de idade), sentida nos períodos de seu afastamento do lar, expressando de forma enérgica o desejo de não efetuar mais os deslocamentos. Os momentos de despedida eram marcantes: “Eu saio chorando, toda vez que eu saio pra fora eu saio chorando, eu choro assim, água nos meus olhos” (senhor de 50 anos, casado, entrevistado em 05/02/2011).

Fatores subjetivos como a percepção do passar do tempo e sua influência na disposição e dedicação ao serviço também vieram à tona durante nossas conversas. Aliada ao desejo de ganhar mais pela colheita de sacos de café, a imersão na atividade representava também uma estratégia para “o dia passar mais rápido”. Um dos interlocutores afirmou trabalhar até o dia escurer, além de não descansar nem mesmo durante os finais de semana. A esposa recebia li-

gações de parentes e vizinhos alertando que o marido estava “em tempo de dormir na roça”. Ao questionar se durante os intervalos (no período de descanso a noite e aos finais de semana) as saudades de casa eram intensificadas, ele respondeu positivamente. Na época, o entrevistado estava legalmente contratado por um ano em uma firma de eucalipto em Rio Pardo de Minas. Mas a sensação, segundo ele, era a de que esse ano não havia passado, pois estava em casa na companhia da esposa e dos filhos. Diariamente realizava alguma atividade na própria roça, cuidada por ele com zelo e prazer. Assim, ele não “via o mês passar”. Entretanto, quando estava “fora”, um mês, três meses “viravam um ano”.

5. RELATIVIZANDO O SOFRIMENTO: APRENDIZADOS E PERCEPÇÕES POSITIVAS DO PROCESSO

A “necessidade de sair”, explicada por muitos como decorrente da falta de oportunidades de geração de renda no local de origem, conforme mencionado, não exclui o reconhecimento de outros aspectos desse processo.

Um rapaz solteiro, na época com 23 anos, afirmou inicialmente: “saio por falta de oportunidade”. Porém, na sequência do relato ele ponderou que, mesmo prometendo a si mesmo não ir para o sul de Minas, a aproximação do momento de partida o levava a refletir a respeito das experiências possíveis de serem vivenciadas. A possibilidade de conhecer outras pessoas, rapazes de outras comunidades, estabelecer vínculos e compartilhar momentos lúdicos, brincadeiras e partidas de futebol foram, para minha surpresa, positivados pelo rapaz. Deste modo, o retorno ao lar era marcado tanto pela felicidade da chegada quanto pelas saudades dos momentos vividos com os companheiros de trabalho.

Outros rapazes avaliaram a importância de “sair pro mundo” para aprender sobre a vida e o sofrimento. Permanecer na casa dos pais sem nunca ter saído implica em não compreender como a vida pode ser difícil.

Na análise empreendida por Guedes (2013, p. 150), não ter condições de sair devido a saúde debilitada pode ser encarado como um castigo ou uma prisão:

A ele não está dada a possibilidade de sair dali – aos 50 anos e sofrendo do estômago, com uma família grande para cuidar, como poderia abrir no mundo? Já não tem mais idade para essas coisas. Estou preso, não sou mais livre não (Guedes, 2013, p. 150).

O estabelecimento de vínculos afetivos e a criação de redes de trabalho e amizades podem facilitar a abertura de caminhos sociais, inclusive para outras possibilidades de contratação ou posições diferenciadas no sistema de organização de funções na fazenda, como a de chefe de turma ou “turmeiro”. O cargo exige determinadas habilidades que nem todos apresentam, como desenvoltura, facilidade e clareza de expressão pública. As responsabilidades correspondentes ao cargo são: administrar conflitos e mediar a relação do administrador ou do fazendeiro com os trabalhadores.

Os saberes adquiridos nesses momentos e os recursos financeiros obtidos, representativos do bem-estar e do orgulho em retornar ao lar com dinheiro e com a sensação de dever cumprido, são aspectos altamente valorizados nas narrativas.

Deste modo, além dos já mencionados planos de adquirir bens materiais, aumentar o patrimônio familiar ou tornar viável a autonomia pessoal (principalmente no caso dos jovens), outros valores, conhecimentos e saberes práticos são agregados mediante as experiências viven-

ciadas. É o caso da associação de reflexões sobre as experiências vivenciadas em outros universos sociais e em momentos distintos influenciadores no tipo de cargo ocupado nas empresas ou fazendas contratantes, como nos relatos de participação de alguns interlocutores em cursos do Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), em atividades e projetos promovidos por órgãos governamentais como a Embrapa, ou de entidades religiosas como a Pastoral da Criança ou não-governamentais, como o Centro de Agricultura Alternativa Norte de Minas. Todas essas situações demonstram a ampliação do campo de possibilidades e oportunidades dessas pessoas para a constituição de projetos de vida.

A incorporação e boa utilização de uma variedade de conhecimentos, habilidades e bens (como o uso da moto para o trajeto às firmas próximas ao município) podem, inclusive, propiciar a permanência no lugar e a suspensão, quando almejado e possibilitado, das constantes saídas.

Vale citar o caso de um trabalhador, na época motorista recém-habilitado, ofício que o possibilitava trabalhar numa firma próxima ao município. Ainda indeciso, porém, ele examinava se realmente iria se inserir na colheita do café. O dilema foi verbalizado da seguinte forma:

- Eu consegui tirar carteira agora, eu estava querendo trabalhar de motorista aí na firma, eu tô indeciso ainda, se eu fico ou vou pro café.
- Já te ofereceram o cargo de tratorista?
- Já, é no caminhão. No café eu ganho mais e trabalho menos, trabalho noventa dias, fico aqui descansando e torno a trabalhar de pedreiro aqui, e a firma é pesado. E tem outra proposta de serviço aí para mim, que é levantar a cantina de outra carvoeira lá no Bonfim, aí me chamaram. Informaram que eu trabalhava e eles estão precisando de pedreiro. Mandaram me procurar, não procurei ainda por causa desse negócio do caminhão. Agora eu estou pensando os dois serviços aqui e o sul de Minas, no sul eu ganho mais (trabalhador, 27 anos, casado, entrevistado em 22 de junho de 2011).

Na sequência da conversa, o interlocutor relata ainda o conhecimento, no sul de Minas, de três fazendas de café às quais poderia se vincular. A partir de contratações anteriores ele construiu uma boa reputação entre os chefes de turma, ampliando, assim, as possibilidades de atuação. Todavia, sua indecisão não poderia se delongar por mais semanas. Familiarizado com os procedimentos e rotina da safra do café, havia instituído para si uma data limite para partida, o dia 04 de julho. Após essa data, segundo ele, a colheita estaria “ruim”, e a viagem, portanto, não compensaria mais.

Diante do exposto, saliento as habilidades e os conhecimentos diversificados pontuados pelo entrevistado. Contudo, mesmo sabendo em qual atividade ele poderia ser mais bem remunerado, ainda se mostrava indeciso, pois ir à fazenda de café implicaria em um período de distanciamento da esposa e filha pequena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pontuou Guedes (2013, p. 31), geralmente a tradição analítica que permeia a ideia de migração destaca o movimento do campo para a cidade. A partir desse ponto de vista, o movimento, subordinado à partida ou ao destino, representaria basicamente uma passagem entre dois pontos, e apenas nos pontos repousa o interesse do pesquisador (por que sair? O que acontece quando se chega lá?). Tendo em vista as relações estabelecidas com os interlocutores de sua pesquisa, Guedes argumenta: o que está entre estes pontos (o mundo, o trecho) também é habitável.

Valorizando então o “entre”, o autor considera a mobilidade não apenas como consequência, reflexo ou implicação, mas (também) como algo que possui um valor em si mesmo (Guedes, 2013, p. 37).

Embora neste artigo tenham sido abordadas as motivações anunciadas para as saídas, bem como as percepções elaboradas sobre os períodos “lá fora”, a análise construída levou os aspectos apontados por Guedes em consideração, tendo em vista o quadro complexo de relações constituídas no universo social desses trabalhadores que, conforme já indiquei, é tocado por referências e interconexões distintas.

Dentre os diversos aspectos considerados a respeito da experiência da mobilidade foram valorizados, portanto, não somente os relatos sobre quando e como ocorrem as vinculações ao assalariamento temporário, mas também as narrativas que sinalizavam as ambiguidades referentes às expectativas que giram em torno da eminência da partida (excitação e tristeza), os recursos utilizados para que o “tempo passe mais rápido” quando os trabalhadores estão longe da família, as ponderações sobre até qual data ainda é vantajoso partir, os saberes e fazeres incorporados, e até mesmo a apreciação dos aprendizados para a vida que o “sair” possibilita.

Nesse sentido, considero que reconhecer aspectos variados da mobilidade efetuada por inúmeros trabalhadores e trabalhadoras rurais pode suscitar rendimentos analíticos e etnográficos enriquecedores, revelando que as dimensões presentes nessas práticas não dissociam o aspecto material do simbólico. A “precisão” é recorrentemente evocada e deve ser considerada, mas não é a única variável no conjunto de práticas e visões de mundo dos atores sociais em questão, que a todo momento reflexionam sobre suas ações.

Deste modo, para alguns, “sair pra fora” viabiliza a compra da moto, da roupa, do celular; para outros, a compra do material para construção da casa, do reboco ou da pintura. As formas de investir a renda obtida são várias, tanto quanto são os aprendizados e as lembranças que as saídas proporcionam.

Foi ressaltado também que não há uma regra definidora do intenso revezamento e complementação do trabalho nos cafezais e nos eucaliptais. Enquanto alguns anunciaram a preferência por transitar por “firmas” e fazendas de café, outros privilegiavam apenas a saída durante a colheita nos cafeeiros ou a contratação mais prolongada nas “firmas” próximas ao local de moradia. A depender do modo como são construídas, as duas situações podem ser conjugadas com a dedicação ao próprio roçado.

Ao versar sobre dimensões mais localizadas das experiências de descolamentos vividas por trabalhadores rurais de Rio Pardo de Minas, não pretendo romantizar nem negar as situações de desigualdades sociais agravadas pela expansão da monocultura do eucalipto e pela consequente compressão das áreas das terras desses trabalhadores, assim como a precariedade nas condições de emprego. A análise proposta foi de compreensão dessas constantes saídas e retornos segundo o ponto de vista desses atores sociais.

Atualmente, em Água Boa II o ingresso de trabalhadores rurais nas reflorestadoras de eucalipto em cidades distantes do local de origem e nos cafezais no sul de Minas permanece representando o meio mais recorrente de assalariamento na comunidade. Ciente de que as relações de trabalho estão em processo de mudança devido, por exemplo, à ampliação da mecanização nas monoculturas, não há neste texto a pretensão de engessar os princípios de vinculação mencionados, mas sim de contribuir para uma abordagem que destaque aspectos variados de um fenômeno tão recorrentemente investigado na literatura especializada.

Dessa perspectiva, busquei evidenciar de quais maneiras os processos se configuram e se objetivam em situações específicas, bem como de quais maneiras os mesmos operam segundo diferentes tipos de investimentos orientados para viabilizar projetos de vida pessoais e familiares.

De acordo com Félix (2008, p. 240), ao invés de estarem agindo como numa correria às pressas frente a uma catástrofe iminente, os sujeitos podem também estar lançando mão de um projeto de mudança de sua própria situação social. Torna-se necessário, portanto, considerar a articulação das possibilidades vigentes para a criação de novas, nos distintos contextos vividos pelos trabalhadores.

Recebido em: 25/01/2017

Aprovado em: 15/05/2017

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, L. *Do Jequitinhonha aos Canaviais: em busca do paraíso mineiro*. Belo Horizonte, 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 1988.
- BRITO, I. C. B. *Comunidade, território e complexo industrial florestal: o caso de Vereda Funda, Norte de Minas Gerais*. Montes Claros, 2006. 154 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, UNIMONTES, 2006.
- COMERFORD, J. C. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.
- CORREIA, J. R. *Pedologia e Conhecimento Local: Proposta Metodológica de Interlocação Entre Saberes Construídos por Pedólogos e Agricultores em Área de Cerrado em Rio Pardo de Minas, MG*. Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado em Agronomia) - Instituto de Agronomia, UFRRJ, 2005.
- DURHAM, E. *A caminho da cidade: vida rural e a migração para São Paulo*. 3ed. São Paulo: Perspectiva (Coleção Debates), 1984.
- FELIX, G. A. *O caminho do mundo: mobilidade espacial e condição camponesa numa Região da Amazônia Oriental*. Niterói:Eduff, 2008.
- FROES, L. T. M. *Todo mundo pela família: Gestão feminina e vida familiar diante do assalariamento sazonal dos homens*. Niterói, 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, UFF, 2012.
- GARCIA, A. *O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo, Brasília: Editora Marco Zero e Editora Unb em co-edição com MCT CNPq, 1990.
- GALIZONI, F. M. *A terra construída: família, trabalho e ambiente no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais*.
- GUEDES, A. D. *O trecho, as mães e os papéis: etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás*. São Paulo: Garamond, 2013.
- MAIA, C. J. *“Lugar” e “trecho”: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha*. Montes Claros: Unimontes, 2004.
- MARTINS, J. S. *Não há terras para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. Migrações temporárias: problema para quem? *Travessia. Revista do Migrante*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 5-8, maio/ago. 1988.
- NEVES, D. P. *A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção*. Niterói: Intertexto, 1999.
- RIBEIRO, E. M. *Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Cedefes, 1996.

RIBEIRO, E. M.; GALIZONI, F. M. As andanças dos mineiros: considerações sobre as viagens sazonais de trabalhadores rurais migrantes do norte e nordeste de Minas Gerais. *Cadernos de Administração Rural*, v. 8, n. 2, p. 72-78, jul./dez. 1996.

SAHLINS, M.. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: UNESP, 1999.

SILVA, M.; MENEZES, M. A. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das Esposas, Mães e Namoradas dos Migrantes Sazonais do Município de Tavares – PB. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (orgs.). *Gênero e Geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

WOORTMAN, K. Migração, família e campesinato (1990). In: WELCH et. al. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, v.1. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.